

Centrão não reúne maioria na primeira votação



O Centrão — apesar de seus organizadores afirmarem que reúnem 300 adeptos — não conseguiu ontem aprovar sua proposta para o preâmbulo da nova Constituição na primeira votação do plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Considerado por alguns parlamentares como uma derrota do grupo, o resultado preocupou até os seus adversários "progressistas", temerosos da reação popular diante da lentidão no desenvolvimento dos trabalhos no plenário.

Apenas 248 centristas votaram a favor do preâmbulo proposto pelo Centrão, tendo sido rejeitado por 227 outros constituintes. Não foi, portanto, alcançada a maioria absoluta de 280 votos necessária à aprovação de todas as propostas submetidas ao plenário. Nova votação da mesma matéria ocorrerá hoje.

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, discordou da iniciativa do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que encerrou a sessão de ontem logo após a proclamação do resultado.

Ele entende que, mesmo que o preâmbulo não tenha sido aprovado, Ulysses deveria ter colocado em votação o título um, o que não ocorreu, segundo o líder pedetista.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse que se a Constituinte não concluir logo suas atividades, seus integrantes "correm o risco de serem apedrejados nas ruas". O presidente do PDS, Jarbas Passarinho, previu que, a persistir o atual ritmo, a nova Constituição somente será promulgada em dezembro.

Segundo o vice-líder do PTB, Roberto Jeferson, o "Centrão" perdeu pelo menos 20 votos em consequência das declarações do líder do PFL, José Lourenço, e do peemedebista Cardoso Alves, condicionando o apoio do grupo ao Governo a cargos.

A discussão sobre a supressão ou não da expressão "sob a proteção de Deus" foi tema de maior parte dos discursos durante a sessão de ontem. O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), foi o único que defendeu abertamente a retirada do termo sob o argumento que a Constituição de 1824 aceitava a referência à Santíssima Trindade e aceitava a escravidão dos negros.

Apesar de reunir 434 constituintes no plenário, a votação do preâmbulo não foi aprovada pela maioria. Centrão só obteve 248 votos



Apesar de reunir 434 constituintes no plenário, a votação do preâmbulo não foi aprovada pela maioria. Centrão só obteve 248 votos

Adiamento faz prever atraso

O primeiro dia de votação mostrou que a promulgação da nova Constituição dificilmente deverá obedecer o prazo de oito semanas previsto pelo deputado Ulysses Guimarães. Isto porque o Regimento Interno da Casa determina que, sempre que não for alcançada a maioria absoluta para a votação, a matéria será votada novamente pelo plenário em 24 horas.

menos de um minuto para o recolhimento dos sufrágios, mas foram gastos 20 minutos.

Até que os constituintes pudessem votar o substitutivo do Centrão, foram destinados 30 minutos ao pequeno expediente, 43 minutos às comunicações de lideranças e mais 20 minutos para o encaminhamento de votação. Este processo deverá se repetir sempre que estiver em apreciação um novo título do texto constitucional.

Ao assumir a presidência dos trabalhos, às 15h15 (a sessão foi aberta pontualmente às 14h00), Ulysses Guimarães tinha a expectativa de que seriam votados, ontem, o Preâmbulo e o título I, referentes aos Princípios Fundamentais da nova Constituição. Com o adiamento da votação do primeiro item, não há qualquer previsão sobre o início da votação do título.

A votação registrou o comparecimento de 484 constituintes em plenário, de um total de 559. O ponto negativo ficou por conta da demora no processo de votação eletrônica. Como há número de lugares menor que de parlamentares, muitos constituintes foram obrigados a fazer grandes filas para utilizar os postos de votações colocados diante da Mesa da presidência. Estava previsto

Preâmbulo terá nova votação

A sessão de hoje da Constituinte, marcada para as 14h00, retoma a votação da emenda substitutiva do Centrão que trata do Preâmbulo do projeto de Constituição, mas

Casa promovido pelo Centrão dando prioridade às emendas assinadas por 280 constituintes.

Já na votação do primeiro item

do texto constitucional poderá se verificar o chamado buraco negro, caso o preâmbulo do projeto da Sistematização também não tenha no mínimo 280 votos do plenário. Nesta hipótese, a sessão será suspensa por um prazo de até 48 horas, devendo o relator Bernardo Cabral apresentar um texto sobre a matéria, sem prejuízo a que a maioria absoluta dos membros da Constituinte também possam oferecer uma proposta referente ao assunto.

que não obteve a maioria absoluta, ontem, para a sua aprovação. Caso a proposição não consiga os 280 votos do plenário, ela será rejeitada em definitivo.

Neste caso, caberá o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, convocar uma nova sessão, em 24 horas, para votar o Preâmbulo do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, que tinha preferência de votação em plenário até a alteração do Regimento Interno da

Participação é excluída

A principal diferença entre o Preâmbulo da emenda substitutiva do Centrão e o projeto da Comissão de Sistematização é que o primeiro não faz menção expressa à participação popular no processo político. Segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), a proposta da Sistematização faz a compatibilização entre a democracia participativa e a democracia representativa.

Já o deputado José Genoíno (PT-SP) alertou que mesmo que o Preâmbulo não tenha incidência direta sobre os títulos da Constituição, ele é quem dá o perfil do texto, estabelecendo os seus limites. A seu ver, a Comissão de Sistematização buscou, através de uma forma representativa, incluir o povo

no processo político com a expressão: "A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo".

Segundo o deputado pelo PT, o Preâmbulo aprovado na Sistematização tinha ainda o mérito de expressar um conceito geral em relação à democracia no País. Para defender a proposta do Centrão, subiram à tribuna, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e o autor da emenda, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB). Arinos argumentou que a proposição do grupo é concisa e satisfaz as necessidades institucionais do País.

na pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo.

Participativa

Nos representantes do povo brasileiro, reunidos na Assembleia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade frater-

representativa

Os representantes do povo brasileiro, reunidos na Assembleia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade frater-

Pedessistas temem impasse

A bancada de 37 representantes do PDS na Constituinte resolveu reunir-se hoje, no gabinete do líder do partido, no Senado, senador Jarbas Passarinho, para examinar as consequências do impasse ocorrido com a falta de quórum para deliberações.

O encontro do PDS, que se realiza, às 10h00, foi pedido pelo deputado Vitor Faccioni, do Rio Grande do Sul. Pela proposta de Faccioni, o PDS designará um representante partidário para participar das negociações sobre o projeto de Constituição. O re-

presentante pedessista receia que o impasse parlamentar, caso persista, leve ao impasse político e posteriormente ao institucional. Outra proposta de um pedessista, o deputado Adilson Mota, também gaúcho, foi acolhida pelo presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães. Para estimular o comparecimento dos constituintes, Mota pediu a publicação, no Diário do Congresso, dos nomes dos faltosos, a suspensão de viagens oficiais dos congressistas e a reunião da Assembleia aos sábados e domingos.

Ulysses ainda crê em forma negociada

Logo após o encerramento da sessão, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, iniciou entendimentos visando a assegurar uma forma de conciliação entre os progressistas e o Centrão, para que o preâmbulo da Constituinte seja aprovado hoje. Ulysses demonstrou inclinação pelo teor de substitutivo de Bernardo Cabral, ao observar que a forma a ser votada deve incluir referência à participação popular como instrumento de legitimidade do processo político.

O Centrão não quer explicitar a ênfase que o texto de Bernardo Cabral dá à participação dos cidadãos, reagindo especialmente ao parágrafo final, que proclama: "a soberania reside no povo, que é fonte de todo o poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo".

Numa das entrevistas que concedeu depois da sessão, Ulysses disse acreditar que, diante das dificuldades registradas, o Centrão acabará aceitando uma forma negociada que mantenha a referência à participação popular.

Apesar da frustração observada entre outras figuras influentes da Constituinte, diante do adiamento da votação, Ulysses procurou demonstrar — tranquilidade diante. "Isso pode acontecer. Trata-se de um quórum qualificado (a maioria absoluta de 280 constituintes), difícil de ser conseguido."

Em contraste com a aparente tranquilidade de Ulysses, o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, em conversa com o deputado peemedebista Fernando Lyra e jornalistas, desabafou, logo após a proclamação do resultado: "Nesse ritmo, a Constituição só sai em dezembro. Será a desmoralização da Constituinte".

Passarinho também condenou a forma de votação prevista no regime de iniciativa do Centrão, que permite adiamentos como o ontem registrado. A seu ver, somente através de uma modificação do regimento será possível agilizar os trabalhos da Constituinte.

Roberto Jeferson declarou que tem absoluta certeza de que "a jogada de ligar o Governo ao Centrão" fez o grupo perder votos ontem. Ele revelou que momentos antes da votação o senador João Castelo (PDS-MA) chegou dizendo a alguns integrantes do grupo que se fosse para votar com o Governo ele estava fora. De acordo com o parlamentar fluminense, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) está de relações estremitadas com o seu líder, deputado José Lourenço, por causa da cobrança de cargos ao Governo em troca de apoio ao presidente Sarney.

Declaração infeliz

Segundo Jeferson, as declarações de Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de que "é dando



Lourenço: "Vergonha na cara"

Líder pede a saída de quem não apóia

O líder do PFL na Constituinte e um dos coordenadores do Centrão, deputado José Lourenço, pediu ontem aos constituintes que não apoiem o Governo que "tenham vergonha na cara e devolvam os cargos de modo a fazerem política com dignidade". "Esse negócio de querer mamar também é inadmissível" — acrescentou. Segundo ele, sempre que um constituinte não votar de acordo com o Planalto, deve devolver os cargos ocupados por seus correligionários.

Defendendo a política de nomeações para os defensores do Governo, Lourenço perguntou: "Como é que o ministro do Planejamento pode dar ordens a um subordinado no BNDES se lá está um indicado do governador Moreira Franco ou mesmo do ex-governador Franco Montoro?" Lourenço referia-se a Márcio Fortes, presidente do banco, indicado pelo governador do Rio, e ao vice-presidente do BNDES, André Franco Montoro Filho, filho do ex-governador paulista, Moreira e Montoro defendem um mandato de quatro anos para Sarney.

Os partidos de esquerda consideram precipitado comemorar o resultado da votação, sem quórum para deliberação, como uma derrota do Centrão. Suas lideranças admitem que a falta de número para aprovar o Preâmbulo da Carta pode ser um indicio de que o grupo não conseguirá reunir e manter no plenário, permanentemente, 280 dos seus representantes, ponderando que essa situação aconselha a negociação política para evitar o impasse, ou seja a ausência de Constituição.



Ulysses crê no entendimento; se não houver acordo, Cabral redigirá novo texto

Briga por cargos enfraquece grupo

As declarações dos deputados José Lourenço (PFL-BA) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) de que "quem dá tem que receber", numa alusão a cargos que o Centrão deveria ter em troca de apoio ao Governo, contribuíram para que o grupo perdesse pelo menos 20 votos ontem no plenário da Constituinte. A afirmação é do deputado Roberto Jeferson (PTB-RJ), um dos coordenadores do grupo, que ontem disse tem ouvido várias queixas de parlamentares a respeito das posições de Lourenço e Cardoso Alves.

Roberto Jeferson declarou que tem absoluta certeza de que "a jogada de ligar o Governo ao Centrão" fez o grupo perder votos ontem. Ele revelou que momentos antes da votação o senador João Castelo (PDS-MA) chegou dizendo a alguns integrantes do grupo que se fosse para votar com o Governo ele estava fora. De acordo com o parlamentar fluminense, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) está de relações estremitadas com o seu líder, deputado José Lourenço, por causa da cobrança de cargos ao Governo em troca de apoio ao presidente Sarney.

Declaração infeliz

Segundo Jeferson, as declarações de Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de que "é dando

Esquerda reage com prudência

Os partidos de esquerda consideram precipitado comemorar o resultado da votação, sem quórum para deliberação, como uma derrota do Centrão. Suas lideranças admitem que a falta de número para aprovar o Preâmbulo da Carta pode ser um indicio de que o grupo não conseguirá reunir e manter no plenário, permanentemente, 280 dos seus representantes, ponderando que essa situação aconselha a negociação política para evitar o impasse, ou seja a ausência de Constituição.

O líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas, evitou interpretar o episódio como uma derrota do Centrão. Ele considerou "muito ruim" o ocorrido, que na sua opinião aconselha o entendimento entre as diversas facções políticas que integram a Assembleia Constituinte. Para o senador por São Paulo, "a nova Constituição tem que ser resultante das maiorias eventuais que se formarem em plenário a cada votação".

O deputado Fernando Lyra, do PMDB, viu no resultado da votação "um sintoma claro de que o Centrão quer inviabilizar a Constituinte, para manter o Sarney até 90", mas outros parlamentares da linha progressista da Constituinte preferiram enfatizar a incapacidade do Centrão de manter a maioria obtida pelo grupo na votação do regimento e nas emendas coletivas que apresentou.

"Eles não têm maioria nas questões substantivas. Uma coisa é obter assinaturas para viabilizar uma proposta, outra é na hora do voto" — afirmou o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, con-

que se recebe", assustou muitos integrantes do Centrão, que temem a revolta de suas bases por causa da ligação com o Governo. Na avaliação do deputado, que ontem ficou encarregado de coordenar os integrantes do Centrão para a votação, "o Palácio do Planalto pode ficar convicto de que não haverá inversão de pautas para se votar o mandato do presidente Sarney". A questão divide muito o grupo, admite Jeferson.

Mas os sinais de divergências do Centrão não influenciaram o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que momentos antes da votação, reafirmava suas declarações de que o presidente Sarney tem que governar com os amigos e defendia o mandato de 5 anos. Na avaliação de Cardoso Alves, o grupo terá maioria para aprovar os 5 anos. O seu argumento principal era de que os trabalhos da Constituinte impedirão a realização de eleições este ano, por causa da legislação complementar e das Constituintes estaduais, que serão realizadas logo após a promulgação da nova Carta.

Divergências

As divergências no Centrão sobre se haverá ou não quórum para a votação, começaram logo no início da sessão. O deputado José Lins (PFL-CE) mostrava-se re-

ticente a respeito do número de constituintes no plenário. Sua alegação era a de que estavam sendo negociados acordos em torno das questões polêmicas, como a estabilidade, e por isso haveria interesse em todos os grupos para que não fosse votado o preâmbulo ontem.

Já o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), o homem do Centrão encarregado da mobilização, garantia, no início da sessão, que o grupo conseguiria colocar no plenário 281 constituintes. Em um canto do plenário, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que quase não se articulou ontem com outros membros do Centrão, avaliava que seriam 290, "porque muitos companheiros acham que não é interesse votar no preâmbulo".

No final da votação os dois divergiram novamente. Para Daso Coimbra, que fez as suas contas, dizendo que compareceram à sessão apenas 275 constituintes do grupo houve atraso de aviões, ou algum parlamentar se retirou do plenário na hora da votação. Ricardo Fiúza acredita que os votos perdidos cerca de 20, são da bancada protestante, porque achavam que Deus teria que vir em primeiro lugar, e não no último, no preâmbulo do Centrão.

Segurança limita acesso a Congresso

Por determinação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, até a promulgação da nova Constituição só poderão circular pelas dependências do Congresso Nacional os constituintes, funcionários e pessoas credenciadas pela Mesa. Os acessos aos salões verde e negro, ao Plenário, às galerias e ao Comitê de Imprensa estão, desde ontem, sendo vigiados por 230 agentes de segurança.

A vigilância mais rigorosa está sendo feita sobre o Plenário e as galerias. "A liberalidade de acesso ao Plenário na época da Comissão de Sistematização desorganizou o esquema de segurança, que nesta fase funcionará com todo o rigor", afirmou o diretor de Segurança da Câmara, Fernando Paulucci. Segundo ele, agora não há a menor possibilidade de se repetir em tumultos ocorridos nas galerias em dezembro, quando estava sendo votada a reforma do regimento interno.

Cada constituinte terá direito a entregar apenas uma senha por dia a um único convidado às galerias. Todos os dias, 400 constituintes receberão uma nova senha, de cor diferente e com a data do dia, que serão distribuídas em sistema de rodízio. Nunca os 559 terão direito a senhas no mesmo dia.

"Assim, o deputado que quiser colocar uma torcida nas galerias terá de pedir senhas emprestadas a outros, que dificilmente cederão", acredita Paulucci. Os agentes estão orientados para não deixar entrar ninguém com objetos nas mãos, nem mesmo papel ou lápis, e orientar a todos que qualquer manifestação durante a sessão será punida com a retirada da pessoa do local.